

**"DINHEIRO SERVE PARA COMER" – AUTOSSUFICIÊNCIA E TROCAS NAS ORIGENS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA\*****CASH IS GOOD TO IT – SELF-SUFFICIENCY AND EXCHANGE IN EARLY AMERICA***Michael D. Merrill***Tradução***Lucas André Berno Kölln (Unioeste)***I**

De acordo com Percy Bidwell e John Falconer, autores do clássico e ainda não superado *History of Agriculture in the Northern United States*, os agricultores familiares antes da Revolução Americana "produziam para si próprios comida, vestuário, mobília doméstica, instrumentos agrícolas, em suma, praticamente tudo de que precisavam." Eles eram "auto-suficientes". Com isto, Bidwell e Falconer não queriam dizer que esses agricultores da era colonial viviam em completo isolamento de qualquer relação comercial, mas sim que eles geralmente produziam "para o consumo doméstico antes do que para vender." Analisando as evidências disponíveis, os dois historiadores concluíram que as trocas comerciais tinham um papel insignificante nas comunidades rurais: havia compra e venda, mas somente em "pequenas quantidades." (BIDWELL; FALCONER, 1926: p. 115, p. 126 e pp. 129-130)

Evidentemente, "pequeno" é um termo relativo. As Legiões Romanas não parecem ser tão grandes se comparadas a um exército moderno, mas não devem ser menosprezadas somente por esse motivo. A mesma coisa vale para o comércio dos primórdios dos Estados Unidos. O termo "auto-suficiente" não dá conta de descrever satisfatoriamente o estado de coisas em questão. Se os lavradores norte-americanos fossem auto-suficientes, onde foi que o número

crescente de artesãos rurais encontrou clientes? Se as trocas comerciais não eram importantes, como explicar as centenas de milhares de *bushels*\* de trigo, centeio e arroz, e os milhares de barris de tabaco exportados das colônias somente na década de 1770? Se as famílias de lavradores da era colonial produziam quase tudo o que precisavam, por qual razão se explica que cada vila tivesse ao menos um armazém, e frequentemente mais de um, em cujo estoque havia grande variedade de produtos? (LOEHR, 1952: p. 38)<sup>1</sup>

Alguns historiadores responderam essas perguntas simplesmente virando Bidwell e Falconer de cabeça para baixo, dizendo então que o fato mais importante sobre os lavradores norte-americanos do século XVIII e início do XIX era não sua auto-suficiência, mas sua avassaladora orientação comercial. Darrett Rutman, por exemplo, encontrou um "disseminado individualismo na economia" de Boston no século XVII - um individualismo encorajado pela elite local, que "possuía e especulava com terrenos urbanos, casas, lojas, armazéns e portos, administrava estabelecimentos comerciais, manufaturas de couro e pousadas, além de comerciarem." (RUTTMAN, 1965: pp. 248-249) Charles Grant reforçou essa visão em seu estudo sobre uma cidadezinha de fronteira no Connecticut do século XVIII, colocando grande ênfase na "orientação para o lucro" de seus habitantes. Segundo ele, essa orientação se verificava no grande número de propriedades que produziam excedentes vendáveis, na alta porcentagem de homens que buscavam lucros em iniciativas não-agrícolas, na efervescente especulação de moradores em relação às terras locais, e, finalmente, na mobilidade da população da cidadezinha (o residente médio de

---

\* O *bushel* pode ser uma medida de volume e também de peso. É utilizado em países anglo-saxões e nos Estados Unidos sobretudo para referir-se a cereais, grãos e farinhas, variando de acordo com eles. 1 bushel de soja ou trigo, p.ex., equivale a pouco mais de 27kg, enquanto 1 bushel de milho corresponde a praticamente 25,5kg. Em termos de volume, o bushel equivale em média a 35,2 litros.

<sup>1</sup> Há hoje maior quantidade de obras sobre o papel do mercado e sobre a transição ao capitalismo no campo norte-americano. Para as discussões mais recentes, vide: CLARK, Christopher (et al.). *The Transition to Capitalism in America: A Panel Discussion*. *The History Teacher*, n. 27 (May 1994), pp. 264-288., e MERRILL, Michael D. *Putting Capitalism in its Place: A Review of Recent Literature*. *The William and Mary Quarterly*, 3rd Ser., n. 52 (April 1995), pp. 315-326.

Kent permanecia somente cinco anos antes de se mudar). (GRANT, 1961: pp. 31-32)<sup>2</sup>

Felizmente muitos acadêmicos resistiram a essas tentativas radicais de aplinar todas as diferenças. Há mais de quarenta anos, Rodney Loehr ofereceu uma alternativa muito direta a esses argumentos de tipo "tudo-ou-nada": uma interpretação centrada no desenvolvimento, donde desenvolvimentista. Talvez os lavradores em "áreas montanhosas isoladas", ou em regiões de fronteira nos primeiros um ou dois anos de assentamento, fossem auto-suficientes, "Mas quando os lojistas apareceram e quando os transportes melhoraram, a autossuficiência se foi." (LOEHR, 1952: p. 41) Em data mais recente, Jackson Turner Main adotou abordagem similar em seu exaustivo estudo sobre a estrutura social dos Estados Unidos à época da Revolução, propondo a distinção em três tipos de sociedades rurais nos estados nortenhos no final do século XVIII. Regiões "de fronteira", ele definiu, eram áreas recém arroteadas nas quais as diferenças de riqueza eram mínimas, onde a maioria das pessoas possuía algum pedaço de terra e onde haviam poucos artesãos e lojistas. Comunidades com características similares, mas que haviam se estabelecido há mais tempo, Main chamou de "sociedades rurais de subsistência": essas áreas representam a "fronteira em desenvolvimento atrasado". Por fim, havia áreas de agricultura comercial onde as diferenças de riqueza eram mais pronunciadas, onde um terço ou mais da população era formada de trabalhadores desprovidos de terra, e onde mercadores, artesãos e trabalhadores profissionais eram encontrados em grande quantidade, só não superiores aos das cidades. (MAIN, 1965: p. 18; pp. 39-41)

A perspectiva de Main e Loehr acerca da questão é amplamente compartilhada. Muitos historiadores não costumam dedicar grande atenção à existência de diferentes tipos de agricultura e de comunidades rurais nos

---

<sup>2</sup> O mais prestigioso expoente dessa visão foi Richard Hofstadter, que lecionava em Columbia, onde Grant fez seu doutorado. De Hofstadter, ver *The American Political Tradition* (New York, 1948) e *The Age of Reform* (New York, 1956). John J. McCusker e Russell Menard, por sua vez, organizaram seu compêndio sobre a história econômica dos Estados Unidos da época colonial ao redor do papel do mercado e da centralidade do comércio de exportação. Vide seu *The Economy of British America, 1607-1789* (Chapel Hill, 1985).

primórdios dos Estados Unidos. A principal preocupação deles é, primeiro, identificar esses tipos; e segundo, explicar quando, como e porque um se tornou o outro. Ao fazer isto, muitos deles procedem como se houvesse um *continuum* de desenvolvimento bem definido dentro do qual todos aqueles tipos pudessem ser encaixados: num pólo se encontra a agricultura de subsistência (ou tradicional) e no outro a agricultura comercial (ou moderna). A despeito das origens comerciais das ocupações inglesas na América do Norte é geralmente aceito que a maioria dos lavradores e artesãos da época da Revolução tinham por objetivo simplesmente a provisão de uma confortável suficiência. Um século mais tarde, o campo se tornou quase completamente voltado ao comércio. O que aconteceu entre aquele e este momento é um quebra-cabeça que ainda aguarda sua solução.

A maioria dos historiadores aceita essa moldura interpretativa, independente de quando considerem que a transição e o que exatamente ela envolveu. Eles apresentam a diferença entre agricultura de subsistência e comercial mais como uma função das necessidades naturais do que como resultado de preferências sociais e culturais. "Se a terra era boa, se os mercados eram próximos, ou se o transporte era barato, a agricultura comercial se desenvolvia. Se não, a comunidade tinha de ser largamente auto-suficiente, ainda que não de modo absoluto." (MAIN, 1965: p. 18)<sup>3</sup> Praticamente nenhum desses historiadores preocupou-se em pensar os diferentes tipos de comunidades agrícolas como expressões de culturas qualitativamente distintas, dotadas também de estruturas sociais muito diferentes e, frequentemente, contraditórias. Ao invés disto, embasaram ambos os sistemas num conjunto de motivos comum, e simplesmente tomaram como pressuposto a existência de concepções similares de interesse próprio.

---

<sup>3</sup> Vide também, a esse respeito: BRUCHEY, Stuart Weems. **Growth of Modern American Economy**. New York: Dodd, Mead, 1975. p. 15; MITCHELL, Robert D. The Commercial Nature of Frontier Settlement in the Shenandoah Valley of Virginia. *Proceedings of the Association of Geographers I*, 1969, pp. 109-113; e GATES, Paul W. Problems of Agricultural History, 1790-1840. In: KELSEY, Darwin P. (ed.). **Farming in the New Nation: Interpreting American Agriculture, 1790-1840**. Washington: The Agricultural History Society, 1972. p. 41.

Adam Smith já falou há muito tempo das pressuposições que se encontram por detrás da perspectiva desenvolvimentista. Em sua visão, uma divisão do trabalho mais elaborada, com crescente especialização de tarefas, aumentava a riqueza potencial de todos ao elevar a produtividade de cada um. Como em todo o lugar as pessoas tinham "uma propensão natural para trocar, negociar, permutar", os únicos limites a essa propensão - e conseqüentemente à expansão do mercado e ao grau de especialização que essa expansão tornava possível - eram tecnológicos ou naturais. (SMITH, 1937: pp. 3-29)<sup>4</sup> Muitos lavradores veneram a ideia de independência econômica, mas, dizem os historiadores, isso é apenas fazer uma virtude a partir de uma necessidade (DANHOF, 1969: p. 16)<sup>5</sup> pois quando conseguem achar o caminho do mercado, eles o tomam. "Auto-suficiência, se possível", afirmou Paul Gates, "não era o objetivo dos inteligentes lavradores. Ao invés disto, eles planejavam para produzir algo que pudessem trocar - ou melhor, algo que pudessem vender." A necessidade podia forçá-los a produzir muito do que consumiam, mas isso era ineficiente e os lavradores sabiam disto. (GATES, 1951: p. 431) Os que se concentravam em prover o melhor possível para as necessidades de sua família a partir de sua própria terra não tinham visão, eram míopes, ou, então, estavam perdendo tempo. O verdadeiro objetivo deles não era uma suficiência confortável, mas uma margem aceitável de lucro.<sup>6</sup> Qualquer coisa diferente disto era estúpido, se não anti-natural.

Há, no entanto, outras formas de ver a situação.

De acordo com James Lemon, em 1760 uma propriedade rural de tamanho médio (125 acres) no Sudeste da Pensilvânia escoava cerca de 40% de

---

<sup>4</sup> Ed. Bras.: SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. 2ª ed. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (N. do T.)

<sup>5</sup> Sobre essa mesma questão, ver também: BRUCHEY, Stuart Weems. **The Roots of American Economic Growth, 1607-1861**. New York: Harper & Row, 1965. p. 28. (Ed. Bras.: BRUCHEY, Stuart Weems. **As origens do crescimento econômico americano**. Tradução de J.L. Mello. Rio de Janeiro: Record, 1965.)

<sup>6</sup> A maioria dos historiadores econômicos provavelmente aceitaria a análise crítica de Douglas Dowd, que diz que dentre aqueles "que deram o tom da agricultura, a intenção era ganhar dinheiro, e não subsistir da terra." (DOWD, Douglas. **The Twisted Dream: Capitalist Development in the United States since 1776**. Cambridge, Massachusetts: Winthrop Publishers, 1974. p. 153.)

sua produção total para fora. Ainda assim, os lavradores da Pensilvânia preferiam cultivar uma ampla variedade de lavouras e fabricar muitos de seus utensílios domésticos ao invés de se especializar em produtos comercializáveis. Era esse o caso das propriedades próximas da Filadélfia, mas também o das distantes. (LEMON, 1972: Capítulo 6) Que porcentagem do excedente era trocado localmente, e qual era posta à venda em mercados distantes? E o que impedia os lavradores de aproveitarem ao máximo os "ganhos comerciais" que, em tese, resultam da especialização produtiva?

Precisamos fazer as mesmas perguntas a muitos lavradores de todas as partes do país na era pré-Guerra Civil. Por acaso estariam os reformadores agrícolas do U.S. Patent Office equivocados quando, em 1852, urgiram que "Como regra geral (...) é melhor que os lavradores produzam o que necessitam para seu consumo doméstico (...). Eles podem obter mais dinheiro do tabaco, lúpulo ou vassoura de milho do que plantando os ingredientes do pão. Mas estariam eles em melhor situação desse modo?" (apud DANHOF, 1969: p. 23) Com todas as vantagens naturais e pretensamente óbvias advindas da especialização produtiva, por que o editor do *Working Farmer* julgou necessário reclamar em 1861 que

Há grande carência de discernimento (...) da parte dos agricultores quanto à escolha das lavouras. É comum encontrar distritos perfeitamente adequados ao plantio de culturas de alto valor, e próximos a mercados, sendo devotados geração após geração ao cultivo de têxteis de baixo valor. Sabemos de várias propriedades que não distam dez milhas de Nova York mas que são devotadas ao cultivo de milho, aveia, feno, trigo, centeio etc., competindo com outras a oeste de Nova York, Ohio e outros lugares. Nas terras, o juro sobre o valor é tão alto quanto a taxa simples das propriedades a oeste. Em nossas cercanias existem diversos lavradores que não conseguem 2% do valor de suas terras, e isso enquanto cultivadores comerciais entre eles arrebatarem fortunas. (apud DANHOF, 1969: pp. 148-149)

As explicações neo-clássicas para essas questões tipicamente envolvem apelar para o fator das dificuldades inerentes a qualquer mudança fundamental.<sup>7</sup> Mas essas explicações são, em última instância, insuficientes, porque assumem como inevitável o resultado que busca explicar. A teoria neo-clássica é uma ferramenta intelectual poderosa e impressionante, mas o rigor formal e a lógica matemática que a fazem ser tão poderosa e impressionante também a tornam a-histórica. No mundo de equilíbrio geral provido pelas equações simultâneas da teoria neo-clássica, as periodicidades são regulares, os ajustes instantâneos, os processos reversíveis. Além disso, como só há uma matemática (pelo menos no nível aplicado no qual a maioria dos economistas trabalha) também só há, na teoria neo-clássica, um sistema econômico. Sob inspeção cerrada, a abordagem neo-clássica da economia de subsistência se reduzirá à abordagem neo-clássica de uma economia comercial. Num mundo neo-clássico, as pessoas não vivem em culturas qualitativamente distintas ou praticam modos de vida qualitativamente diferentes: eles simplesmente buscam aumentar sua renda sob variadas restrições naturais e técnicas através da alocação alternativa de seus escassos recursos.<sup>8</sup>

Infelizmente, ao suprimir diferenças substantivas entre a agricultura de subsistência e a comercial em favor de suas similaridades formais, a abordagem neo-clássica tende a deixar os agudos conflitos que acompanharam a transição de uma a outra quase completamente fora do quadro. Clarence Danhof, por exemplo, pode ter notado que "O teste das necessidades familiares não deixou imediatamente de condicionar a produção, nem simplesmente cedeu ante à visão da pequena propriedade rural como fonte de renda líquida, com todas as

---

<sup>7</sup> Stuart Bruchey, por exemplo, argumentou que "(...) os efeitos do desenvolvimento que aumentam a eficiência do esforço produtivo não são sentidos em todo o lugar de uma só vez. Esses desenvolvimentos vão se estabelecendo com velocidades variáveis ao longo das regiões geográficas, dos setores produtivos, e das indústrias e firmas das quais é constituída uma economia. Às vezes encontram oposição da parte de firmas que desejam proteger velhas técnicas de investimento enraizado. Por vezes até a lentidão da imaginação empreendedora tem seu papel." (BRUCHEY, Stuart Weems. **Growth of Modern American Economy**. op. cit. p. 32.)

<sup>8</sup> Acerca desse assunto, ver o capítulo "Agricultura" em: PARKER, William; DAVIS, Lance (et al.). **American Economic Growth: An Economist's History of the United States**. New York: Harper & Row, 1972.

suas atividades sujeitas ao escrutínio de maximização de renda monetária." (DANHOF, 1969: p. 17) Contudo, pouco disse sobre as razões por detrás dessa resistência. E nem poderia - ou pelo menos não enquanto olhasse para o assunto de fora, do ponto de vista de um sistema comercial. Nessa perspectiva, a resistência à comercialização frequentemente aparecia (tanto para os reformadores de então como para os historiadores de mais tarde) como não muito mais que letargia, atraso ou recalcitrância. Vista de dentro, no entanto, ela tinha um aspecto diferente, mais ativo - preocupado não somente com resistir às imposições de um modo de vida, mas também usufruir por mais tempo os benefícios de outro modo de vida.

Penetrar de fato no sistema de subsistência dos primórdios dos Estados Unidos requer, contudo, que tentemos pensar nele como uma forma independente e viável de sociedade - aquilo que Marx chamava de "modo de produção". Nessa perspectiva, a resistência à agricultura comercial aparece como mais do que a simples ausência de condições favoráveis ao mercado, sendo igualmente importante nela a presença de tradições opostas à orientação comercial e seguras de sua "racionalidade". Tais diferenças não podem ser reduzidas a questão de caráter ou crença pessoal. Lavradores de subsistência tinham tantas razões para conservar sua terra e aumentar sua produção quanto seus vizinhos mercantis, e nenhum dos dois possuía o monopólio dos saberes ou da disposição de trabalhar. Suas diferenças eram mais profundas. Os lavradores dos primórdios dos Estados Unidos eram apresentados com dois modos diferentes de fazer as coisas, dois modos de vida distintos. A alocação ineficiente de trabalho que os reformadores agrícolas criticavam podia ser legitimamente descrita como requerimento de independência, do mesmo modo como a avareza do mercado podia ser facilmente defendida como senso empreendedor. A querela entre as duas não diz respeito aos fatos, mas aos valores. Temos que tentar chegar à raiz das diferenças.

## II

Constitui a economia subsistência nos primórdios da história norte-americana um modo de produção distinto? O próprio Marx devotou pouca atenção aos fatores distintivos de tais sistemas, e praticamente nada do que ele teve a dizer sobre o assunto se amparava em pesquisas sólidas.<sup>9</sup>

No entanto, Marx fez diversas sugestões interessantes sobre como proceder. Os primeiros capítulos d'*O Capital*, em particular, propõem uma moldura muito útil para distinguir os dois modos de produção - os baseados em trocas mercantilizadas (ou comerciais) e aqueles baseados em outras formas, não-comerciais, de troca. Essa moldura é o ponto de partida para a análise que se segue. Ao longo da última década, um grupo de acadêmicos neo-marxistas tem demonstrado a importância da assim chamada "produção simples de mercadorias" na história da agricultura nos Estados Unidos nos últimos cem anos. Nossa ênfase, em contraste, será num modo de produção não-comercial (ou não mercantilizado), o qual chamarei de "modo de produção doméstico", que forneceu aos lavradores norte-americanos uma alternativa viável e próspera para a agricultura capitalista e para a produção simples de mercadorias até meados do século XIX.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> As mais importantes referências são: MARX, Karl. **Capital - Volume II**. Translation by Ben Fowkes. New York: Penguin Books, 1967. pp. 115-117. (Edição Brasileira: MARX, Karl. **O Capital**. Livro 2. 13ª ed. [Tradução de Reginaldo Sant'Anna] Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1989.); e **Capital - Volume III**. New York: International Publishers, 1967. pp. 782-813 (Ed. Bras.: MARX, Karl. **O Capital**. Livro 3. 13ª ed. [Tradução de Reginaldo Sant'Anna] Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1989.); MARX, Karl. **Theories of surplus value - Volume I**. Moscow: Lawrence & Wishart, 1963a. pp. 407-409 (Ed. Bras.: MARX, Karl. **Teorias da Mais-Valia**. Volume 2. [Tradução de Reginaldo Sant'Anna] Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1987.); e ENGELS, Frederick. "Law of Value and Rate of Profit". In: MARX, Karl. **Capital - Volume III**. op. cit. Appendix I, pp. 891-907 (Ed. Bras.: ENGELS, Friedrich. Lei do Valor e Taxa de Lucro. Aditamento. In MARX, Karl. **O Capital**. Livro 3. Volume 4. 13ª ed. [Tradução de Reginaldo Sant'Anna] Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1989.). Há também comentários esparsos na importante análise do dinheiro em MARX, Karl. **Grundrisse**. Translation by Martin Nicolaus. Middlesex, England: Penguin Books, 1973. (Ed. Bras.: MARX, Karl. **Grundrisse. Manuscritos Econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. 1ª ed. [Tradução de Mario Duayer e Nélcio Schneider, com colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman] São Paulo: Boitempo, 2011.)

<sup>10</sup> Para introduzir-se a essa literatura, ver: BUTTEL, Frederick H.; LARSON, Olaf F.; GILLESPIE, Gilbert W. **The Sociology of Agriculture**. New York: Greenwood Publishing Group, 1990. (especialmente os capítulos 3 e 5); e SCOTT, Alison McEwan. "Why rethink petty commodity production". *Social Analysis: Journal of Cultural and Social Practice*, v. 20 (December, 1986), pp. 3-11.

Um “modo de produção”, para Marx, é um modo específico de produzir, distribuir e consumir os requisitos materiais e culturais da vida humana. À primeira vista parece ser simplesmente uma outra palavra para “economia, mas as noções de “economia” e de “modo de produção” têm diferentes genealogias. Os ancestrais neoclássicos dos historiadores econômicos de hoje acreditavam que a Economia era “a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e escassos meios que têm usos alternativos.” (ROBBINS, 1949)<sup>11</sup> As proposições descobertas por essa ciência seriam, portanto, aplicáveis para qualquer sistema econômico, independentemente de suas características sociais e políticas. Marx rejeitou essas pretensões universalistas, argumentando, pelo contrário, que diferentes sistemas econômicos – diferentes “modos de produção” – são governados por suas próprias leis de movimento, as quais era o trabalho do economista (ou, mais precisamente, do economista político) desenterrar e descrever. Correndo o risco de simplificar demais, uma economia pode ser pensada como um processo de produção enxergado do ponto de vista do sistema de preços; e um modo de produção pode ser pensado como o mesmo processo, mas enxergado do ponto de vista do sistema de trabalho. Enquanto o objetivo da Economia é explicar os preços relativos das coisas (e prever os efeitos de mudanças desses preços na produção e distribuição de riqueza), Marx tentou entender o modo pelo qual os diferentes sistemas de trabalho realizam a distribuição de renda, riqueza e poder na sociedade.

Em sua análise do modo de produção capitalista, por exemplo, Marx colocou igual ênfase em duas características distintas mas inter-relacionadas do sistema, as quais tinham a ver, respectivamente, com a distribuição dos produtos e a organização do trabalho. Em primeiro lugar, no modo de produção capitalista aqueles que de fato realizam o trabalho não possuem seus próprios meios de produção (terra, prédios, máquinas, matéria-prima etc.). Em vez disso, se fossem trabalhar (e viver), teriam que se alugar a um capitalista que possui aqueles meios de produção. Em segundo lugar, em troca de um salário, aqueles

---

<sup>11</sup> Ed. Bras.: ROBBINS, Lionel. **Um ensaio sobre a natureza e a importância da Ciência Econômica**. Tradução de Rogério Galindo. São Paulo: Saraiva, 2012. (N. do T.)

que de fato realizam o trabalho cedem o controle exclusivo sobre o processo de trabalho e abrem mão de seu direito ao produto de seu trabalho. Em vez disto, eles negociam com capitalistas (formal ou informalmente) para estabelecer os termos de seu emprego, tanto as condições de trabalho quanto os salários.<sup>12</sup>

Na utilização feita por Marx, portanto, um modo de produção consiste em uma combinação articulada de organizações particulares de trabalho (quem trabalha e quem não, as técnicas e o material usados, e os propósitos pelos quais se o pratica) e sistemas particulares de trocas (quem adquire o que, em troca de quanto, e por quanto tempo).<sup>13</sup> Todo modo de produção pode ser classificado de acordo com as características distintivas de cada sistema. Concordando com a discussão original de Marx sobre o sistema capitalista, muitos de seus herdeiros intelectuais preferiram enfatizar o primeiro, distinguindo os vários modos de produção com base em seus sistemas de trabalho – escravidão, servidão ou assalariamento. No entanto, modos de produção também podem ser classificados de acordo com características distintivas de seus sistemas de trocas.

De fato, a despeito da ênfase usual, analisar modos de produção do ponto de vista de seus sistemas de trabalho depende da prévia análise de seus sistemas de trocas específicos. Na visão de Marx, o processo de trabalho não distinguia um modo de produção do outro; antes, era o sistema de trabalho como um todo que o fazia – em particular, as regras que governam sua alocação entre tarefas alternativas. Por exemplo: Marx definiu o modo capitalista de produção como o sistema de produção no qual a força de trabalho de indivíduo poderia ser comprada e vendida independentemente dos direitos de sua pessoa

<sup>12</sup> Para essa discussão, ver, no geral: MARX, Karl. **Capital: A Critique of Political Economy**. (3 vols.). Harmondsworth, England: Penguin Books, 1976-1981.

<sup>13</sup> Por exemplo: BALIBAR, Etienne. *The Basic Concepts of Historical Materialism*. In: **Reading Capital**. Translated by Ben Brewster. London: New Left Books, 1970. (Ed. Bras.: BALIBAR, Etienne. *Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico*. In: **Ler O Capital (vol. 2)**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. pp. 153-274.); ROWTHORN, Bob. Neo-Classicism, Neo-Ricardianism and Marxism. *New Left Review*, n. 86 (July-August, 1974), pp. 63-87.; e BRAVERMAN, Harry. **Labor and Monopoly Capital**. New York: Monthly Review Press, 1974. (Ed. Bras.: BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista - A degradação do trabalho no século XX**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.) Também aprendi muito com: MEEK, Ronald. **Studies in the Labour Theory of Value**. London: Lawrence & Wishart, 1956.

(em contraste com a escravidão), ou por qualquer período de tempo sem a continuidade das obrigações (diferentemente dos sistemas feudais de servidão).

Ademais, a análise não parava simplesmente aí. Marx também insistiu que os sistemas de trabalho e os sistemas de produtos tinham de necessariamente estar alinhados em cada modo de produção. Ele chamou essa necessidade de “lei do valor”. E ele distinguiu modos de produção com base nas diferentes maneiras com que a lei do valor se afirma – isto é, de acordo com os diferentes modos pelos quais a distribuição de trabalhos e produtos se afeta e se reforça entre si. (MARX; ENGELS, 1975: p. 196) Num modo de produção de mercadorias (ou, se preferirem, numa economia comercial), a distribuição de trabalhos e a distribuição de produtos se alinham através do valor-de-troca ou preço dos produtos. (MARX; ENGELS, 1975) Produtores comerciais (ou de mercadorias) não se associam diretamente entre si, seja para organizar seu trabalho ou para distribuir seus frutos. O trabalho é realizado por indivíduos cujas relações sociais são mediadas pela troca dos produtos de seu trabalho. (MARX, 1976: p. 132; pp. 165-166) Como resultado disto, o necessário alinhamento dos trabalhos e dos produtos num sistema comercial ou de mercadorias cria em sua esteira distúrbios periódicos no processo de reprodução social, os *booms* e as falências conhecidos como “ciclo dos negócios”.

Marx, é claro, pensou que havia um jeito melhor de fazer as coisas. Sob o socialismo, quando a própria sociedade “passar a possuir os meios de produção e os usa em associação direta para a produção”, então o trabalho de cada indivíduo, mesmo que variado, tornar-se-á “imediata e diretamente trabalho social.” (ENGELS, 1939: p. 337; MARX, 1976: pp. 171-172)<sup>14</sup> Em um modo de produção como este, o alinhamento entre os trabalhos e os produtos ocorre automaticamente, de acordo com planejamento racional e sem os distúrbios do “ciclo dos negócios”. Além disto, em um tal sistema, os produtos não são mais “valores-de-troca”, tecnicamente falando, e a taxa de lucro não

---

<sup>14</sup> ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. Translated by Emile Burns. New York: International Publishers, 1939. p. 337. (Ed. Bras.: ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.); e MARX, Karl. **Capital – Volume I**. op. cit. pp. 171-172. Ver também: BETELHEIM, Charles. **Economic Calculation and Forms of Property**. Translated by John Taylor New York: Monthly Review Press, 1975.

mais determina a demanda por trabalho. Em vez disto, a alocação de trabalho entre a multitude de necessidades da sociedade é determinada pelos “efeitos úteis dos vários artigos de consumo, comparados uns com os outros e com a quantidade de trabalho necessária para sua produção.” (ENGELS, 1939: p. 338)<sup>15</sup>

Não precisamos compartilhar da fé de Marx no planejamento socialista para sermos capazes de encontrar orientações úteis na sua análise dos modos de produção. Se desejamos argumentar que a economia de subsistência dos Estados Unidos dos primórdios era um modo de produção distinto, não voltado às mercadorias (ou não-comercial), primeiro devemos analisar as relações quantitativas e qualitativas entre os trabalhos e os produtos em cada um de seus subsistemas. Uma vez tendo-o feito, devemos então estudar o modo com que esses dois sistemas eram alinhados entre si – o efeito de cada um deles na distribuição geral de renda, riqueza e poder dentro da sociedade. Num e noutro caso, precisamos prestar particular atenção às formas características de troca operando no interior de cada subsistema e entre eles.

A alguns essa ênfase pode parecer não se conciliar com muito dos comentários produzidos sobre Marx no passado e no presente. Essa percepção, no entanto, seria injustificada. A produção, para Marx, não se referia simplesmente, ou mesmo primariamente, à transformação de matéria-prima em produtos intermediários ou finais. Mesmo na sua mais famosa e concisa declaração acerca dos “princípios orientadores” de seu trabalho, Marx foi muito cuidadoso quanto a distinguir as “relações de produção” das “forças materiais”. (MARX, 1972: p. 20)<sup>16</sup> A produção, ele afirmou, tinha de ser vista antes de tudo pelo que era: uma organização particular de trabalho social, o trabalho dos indivíduos na sociedade. Prestar a devida atenção ao papel da troca na definição do caráter do sistema de trabalhos, do sistema de produtos e da relação entre eles não significa concentrar-se na distribuição em detrimento da produção.

---

<sup>15</sup> Engels estava aqui descrevendo sua noção de como a produção seria organizada sob o socialismo. Como veremos, alguns aspectos de sua visão se verificam nas relações sociais atualmente existentes entre produtores independentes no campo norte-americano.

<sup>16</sup> Ed. Bras.: MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução de Florestan Fernandes São Paulo: Editora Flama, 1946. (N. do T.)

Como Marx assinalou, “a forma da troca de produtos corresponde à forma da produção.” (MARX, 1963b: p. 78)<sup>17</sup>

A outros, essa ênfase pode também parecer negligenciar as divisões de classe. Mas essa percepção é, também, equivocada. As classes são definidas, em primeira instância, pela distribuição dos produtos que funcionam como meios de produção. A luta de classes por todo canto diz respeito à divisão dos produtos e dos trabalhos da sociedade – isto é, quem ganha o que e quem trabalha para quem. Concentrar-se sobre o sistema de trocas implica duas exigências. Em primeiro lugar, requer que demonstremos como a distribuição do trabalho concreto da sociedade entre as diferentes tarefas garante a reprodução da sociedade como um todo. Em segundo lugar, requer que rastremos a distribuição dos trabalhos necessários e excedentes da sociedade entre as diferentes classes. Nada menos que isso bastará.

### III

Um "modo de produção", noutros termos, é um arranjo de relações entre trabalhos e produtos. A agricultura "auto-suficiente" ou "de subsistência" é meramente o nome para um arranjo particular dessas relações. Mas em que consiste tal arranjo? Conforme dito anteriormente, não podemos continuar aceitando a visão tradicional que diz que "A propriedade familiar produzia para si própria comida, vestuário, mobília doméstica, instrumentos agrícolas, em suma, praticamente tudo de que precisava." (BIDWELL; FALCONER, 1926: p. 126) Os estudos de Grant e Lemon, dentre outros, tem demonstrado que as trocas desempenhavam um importante papel nas atividades econômicas das famílias rurais norte-americanas. (GRANT, 1961: pp. 34-39; LEMON, 1972: p. 27)

Infelizmente, a crítica sobre essa antiga visão criou outra confusão a qual gostaria de desfazer. O mero fato da troca não pode ser tomado *a priori* como prova da existência de relações mercantis. Marx apontou isto no capítulo

---

<sup>17</sup> Ed. Bras.: MARX, Karl. **A miséria da Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965. (N. do T.)

I do primeiro volume d'*O Capital*, assim como antropólogos econômicos vêm repetidamente demonstrando em relação a sociedades ao redor do mundo.<sup>18</sup> A agricultura de subsistência dos primórdios dos Estados Unidos não era um modo de produção de mercadorias. Pelo contrário. No "modo de produção doméstico" os sujeitos coordenam de forma direta seu trabalho de um modo descentralizado, trocando produtos com base na necessidade antes do preço. O valor de troca como categoria social - como forma de uma relação entre produtos e trabalhos - simplesmente não desempenhava um papel determinante na organização da produção, ainda que ocorressem trocas.

Marx disse que haviam duas condições para que o valor de troca pudesse ter tal papel: a função relativa ao reino do trabalho e outra função relativa ao mundo dos produtos. O valor-de-troca somente existia como "propriedade objetiva" de um artigo de troca, e, portanto, podia influenciar a organização da produção, onde o dinheiro intermedeia a troca de produtos e os produtores individuais trabalham independentemente uns dos outros, coordenando seu trabalho através da troca dos produtos. Em outras palavras: um produto tinha valor-de-uso toda vez que satisfizesse uma necessidade, mas somente poderia ter valor-de-troca depois que os produtos se diferenciavam em mercadoria e dinheiro.

Esta era a carga principal do argumento de Marx nos notoriamente difíceis primeiros capítulos d'*O Capital*:

O dinheiro necessariamente se cristaliza a partir do processo de troca, no qual diferentes produtos do trabalho são equacionados entre si, e então convertidos em mercadorias. A ampliação e aprofundamento históricos do fenômeno da troca desenvolve a oposição entre valor-de-uso e valor [*i.e.*, *valor-de-troca*], que é latente na natureza da mercadoria. A necessidade de dar expressão a essa oposição para propósitos

---

<sup>18</sup> Para uma introdução à interpretação antropológica acerca dessa questão, ver: MAUSS, Marcel. *The Gift*. New York: Cohen & West, 1967. (Ed. Bras.: MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva – Forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas*. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia e Antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003. pp. 183-314.); SAHLINS, Marshall. *Stone Age Economics*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1972.; e GODELIER, Maurice. *Rationality and Irrationality in Economics*. London: Monthly Review Press, 1972. (Ed. Bras.: GODELIER, Maurice. **Racionalidade e irracionalidade na Economia**. Tradução de Maura R. Sardinha. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, s.d.)

comerciais produz a tendência rumo a uma forma de valor independente, a qual não encontra paz nem descanso até que uma forma independente tenha sido alcançada pela diferenciação das mercadorias em mercadorias e dinheiro. Na mesma proporção em que a transformação dos produtos do trabalho em mercadorias é realizada, portanto, a mercadoria é transformada em dinheiro. (MARX, 1976, p. 181)<sup>19</sup>

Disto se conclui que onde o dinheiro não desempenhava o papel que Marx lhe atribuiu na circulação de mercadorias, os produtos não eram mercadorias.

A existência de mercadorias (no sentido técnico de um produto cujo valor-de-uso se tornou seu valor-de-troca) também dependia da existência de tipos particulares de relações entre os trabalhos concretos de uma sociedade. Onde as relações sociais entre os produtores não eram aquelas típicas de um modo de produção comercial, os produtos não eram mercadorias. Produtores de mercadorias não têm conexão uns com os outros exceto aquela proporcionada pelo mercado, e coordenam seus trabalhos individuais trocando produtos na proporção do valor relativo destes. Em modos de produção não voltados à mercadoria, pelo contrário, as pessoas "(...) põem os produtos de seu trabalho em relação entre si como valores, porque vêem esses objetos meramente como materializações do trabalho humano." A troca de produtos acontece como um resultado inevitável, mas secundário, da cooperação laboral. "O mistério todo da mercadoria, toda a magia e necromancia que cerca os produtos do trabalho num modo de produção de mercadorias, desaparece tão logo as colocamos diante de outras formas de produção." (MARX, 1976: p. 166 e p. 169)<sup>20</sup>

Nenhuma das condições para a existência de um modo de produção de mercadorias estava presente nas relações entre lavradores e artesãos no campo norte-americano do século XVIII e início do XIX. A comprovação completa e detalhada dessa proposição terá de esperar, mas a forma que essa comprovação

---

<sup>19</sup> Ed. Bras.: MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. Volume 1. 13ª ed. [Tradução de Reginaldo Sant'Anna] Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1989. p. 97. (N. do T.)

<sup>20</sup> A citação direta é da página 166 e comporta uma certa licença interpretativa de minha parte. A meu ver, Marx deveria ter escrito "materializações do trabalho humano diretamente associado." (Ed. Bras.: MARX, Karl. **O Capital**. Livro 2. 13ª ed. [Tradução de Reginaldo Sant'Anna] Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1989. p. 83 e p. 85.)

deverá tomar é a seguinte: temos que estabelecer, primeiro, que o dinheiro não intermediava a troca de produtos; e, segundo, que os indivíduos cooperavam constantemente em seu trabalho. Com relação à primeira dessas condições, não será suficiente notar as persistentes reclamações sobre a escassez de dinheiro. Estas diziam respeito à escassez de certos tipos de dinheiro, como moedas e cédulas garantidas pelo governo, as quais eram preferidas a outros meios - como notas promissórias pessoais, que já serviam a esse propósito, talvez inadequadamente. A ausência de um tipo particular de dinheiro não nos preocupa; é a ausência da própria relação monetária que é expressiva. (No modo de produção doméstico, se preferirem, havia dinheiro [cash] mas não moeda [money].) Com relação à segunda condição, devemos mostrar que não somente os sujeitos trabalhavam juntos, mas também que sua cooperação no trabalho governava o caráter de sua troca de produtos, e não o contrário.

Com vistas a demonstrar que as trocas de produtos no modo de produção doméstico não eram mediadas por dinheiro, precisamos reconstruir a rede de trocas entre as unidades domésticas a partir dos livros de contas sobreviventes e outros materiais similares. Por exemplo: a partir do livro de contas de Cornelius Brink, um lavrador do Vale do Rio Hudson que morreu em 1817, podemos reconstruir um retrato parcial das relações de troca em que tomou parte nos últimos três anos de sua vida. Cada uma das 25 contas individuais no livro de Brink contam a mesma história. Henry Plough tem um crédito no livro de Brink no valor de 12 libras e 3 xelins, o qual lhe era devido em virtude de trabalho realizado por ele e sua esposa. Há também uma entrada no valor de 1 libra e 4 xelins relativa a uma quantidade de "dinheiro" que Plough havia dado a Brink. Na coluna de débitos, Brink incluiu entradas que mostravam que Plough lhe devia o equivalente a 14 libras e 4 xelins, relativas a coisas como "deixar pastar o gado", "usar o moinho", "levar as cinzas ao monte" e uma certa quantidade de tecido. Ou, consideremos as contas de Brink com James Dunagin. Na coluna de créditos, está registrada a confecção de dez pares de sapato para a família Brink, enquanto na coluna de débitos consta o valor de "100 arenques", "apanha de uma carga de lenha", "um *bushel* de

batatas" e "dois *bushels* de centeio". Em cada caso, a troca de produtos não era mediada por dinheiro e separada em "dois atos independentes e antitéticos." Em vez disto, ela aparece como um único ato envolvendo dois diferentes produtores, cada um com interesse direto no trabalho concreto, ou no valor-de-uso concreto, do outro.<sup>21</sup>

Das diversas objeções possíveis a essa análise, há três que devem ser enfrentadas aqui. Como indiquei acima, "dinheiro" encontra-se envolvido em algumas das transações entre Brink e seus parceiros de troca. Que papel esse "dinheiro" desempenhou? Não estaríamos lidando aqui com um exemplo de troca de mercadorias mediada pelo assim chamado "crédito monetário", que Marx analisou na terceira seção do capítulo 3 d'*O capital*, volume I. "O crédito monetário", escreveu Marx, "nasce diretamente da função do dinheiro como meio de pagamento, já que são colocados em circulação os próprios certificados de débito por mercadorias vendidas, para transferir os respectivos créditos. Por outro lado, a função do dinheiro como meio de pagamento passa por expansão na proporção em que o sistema de crédito também se expande." (MARX, 1976: p. 238)<sup>22</sup> No entanto, os créditos que esses pequenos produtores rurais concediam uns aos outros não circulavam do mesmo modo que as cartas de troca utilizadas que os mercadores passavam entre si, frequentemente no comércio de longa distância. Era algo incomum que o crédito que Mark tivesse no livro de contas de Matthew pudesse ser usado para pagar um débito de Mark com Luke. De fato, as pessoas estavam mais dispostas a trocar trabalho do que notas promissórias: Matthew realiza para Luke um trabalho que de outro modo Mark teria feito. Há evidência positiva desse evento negativo nos arquivos locais. Executores testamentários ocasionalmente obtinham como parte do espólio notas promissórias de devedores, as quais reconheciam formalmente as obrigações destes. Contudo, das centenas de notas como estas nos registros de

---

<sup>21</sup> Caixa 41, Documentos do Estado, Corte Suplente do Condado de Ulster, Kingston, Nova York.

<sup>22</sup> Ed. Bras.: MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, Volume 1. 13ª ed. [Tradução de Reginaldo Sant'Anna] Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil. 1989, p. 154. (N. do T.)

inventário do Condado de Ulster, somente algumas delas foram endossadas e passadas a uma terceira parte.

Se os créditos existentes entre Brink e seus parceiros não circulavam como "dinheiro", as transações entre eles não servem relações monetárias e de troca de mercadorias. Tampouco o aparecimento ocasional de "dinheiro" nos livros de contas sinaliza a presença daquelas relações. Quando o "dinheiro" troca de mãos nessas transações ele não era, nos termos de Marx, um "meio de pagamento" onde a "forma-valor da mercadoria, o dinheiro, se tornou (...) um motivo em si para a venda." (MARX, 1976: p. 234)<sup>23</sup> Pelo contrário, o "dinheiro" envolvido nessas transações funcionava meramente como um valor-de-uso, um objeto de qualidades definíveis e usos específicos que era requerido de tempos em tempos para satisfazer as necessidades particulares impostas sobre a comunidade em virtude de suas inevitáveis relações com o mundo ao seu redor. Nesse contexto, é significativo que se possa encontrar registros para "dinheiro" em ambas as colunas dos livros de contas, mas em meio a uma longa lista de outros itens, e sem acréscimo de taxas de juros. O objetivo dessas transações não era maximizar lucros monetários ao final de certo período, quando as contas eram acertadas e o balanço equilibrado. Elas não resultavam em "mais-valia" repetidamente fluindo na direção de certos membros da sociedade e sendo por estes acumulados enquanto fluíam na direção oposta, e eram perdidos, por todos os demais. Em vez disto, essas transações facilitavam o compartilhamento local de trabalho cooperativo entre os membros de uma comunidade de trocas.

Quanto a uma segunda objeção, surge a pergunta: como devemos interpretar o fato de que "denominadores monetários" foram usados para registrar cada uma das transações no livro de Brink? Esse indício sozinho as revela como relações "monetárias"? O fato de que cada produto ou trabalho fosse equacionado, na imaginação, aos padrões existentes de preço não significa, definitivamente, a mesma coisa que trocar esses produtos por

---

<sup>23</sup> Ed. Bras.: MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, Volume 1. 13ª ed. [Tradução de Reginaldo Sant'Anna] Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1989. p. 149. (N. do T.)

dinheiro. "Qualquer proprietário de mercadorias sabe", notou Marx, "que ele não está nem perto de transformá-las em ouro porque deu a seu valor a forma de um preço ou de ouro imaginário. Sabe também que não se requer a menor partícula de ouro real para avaliar em ouro milhões de quilos de mercadorias." (MARX, 1976: p. 190)<sup>24</sup> Porque certos equivalentes monetários foram usados ao invés de outros ainda precisa ser explicado, mas o uso de denominadores monetários não pode esconder relações sociais características do modo de produção doméstico. As pessoas negociavam umas com as outras não para que pudessem transformar seus próprios produtos num equivalente universal, mas para que pudessem obter com tais produtos equivalentes particulares - valores-de-uso específicos - e faziam isso diretamente, sem a mediação do dinheiro.

Por fim, poderia ser objetado à nossa interpretação que se trocas de mercadorias estivessem ocorrendo, não haveria necessidade de registrá-las num livro de contas. Por conta disto, mesmo que as transações *registradas* não sejam indícios de relações monetárias, estritamente falando, como podemos saber que não haviam diversas outras transações não-registradas que seriam exemplos de trocas monetárias e de mercadorias? Na verdade, jamais poderemos ter absoluta certeza, de um modo ou de outro.<sup>25</sup> Mas há evidências de que as transações que as pessoas não registravam eram semelhantes àquelas que de fato registravam. Para começar, sabemos que era prática comum entre os comerciantes a aceitação de vários tipos de "produtos do campo" como forma de pagamento. Os anúncios de mercadores e artesãos nos jornais locais habitualmente incluíam a informação de que "todos os tipos de grãos, a saber, trigo, centeio, sementes de linho etc. etc. são aceitos como pagamento."<sup>26</sup> A interpretação usual de anúncios como este é que outros produtos além de dinheiro podiam representar valor-de-troca - tornando-se, pois, "dinheiro mercadoria" - e servir como meio

---

<sup>24</sup> Ed. Bras.: MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, Volume 1. 13ª ed. [Tradução de Reginaldo Sant'Anna] Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1989. p. 107. (N. do T.)

<sup>25</sup> No entanto, ver o importante trabalho de Laurel Thatcher Ulrich sobre a natureza das trocas não-registradas entre mulheres em: *Martha Ballard and Her Girls: Women's Work in Eighteenth-century Maine*. In: INNES, Stephen (ed.). **Work and Labor in Early America**. Chapel Hill: Institute of Early American History and Culture; University of North Carolina Press, 1988. pp. 70-105.

<sup>26</sup> *Kingston Rising Sun*, 7 de maio de 1796.

de pagamento. Por outro lado, não poderíamos igualmente inverter a questão e considerar o "dinheiro" meramente como mais um produto, um item tão útil quanto os outros?

Essa inversão foi feita de modo explícito e completamente reconhecida no Condado de Ulster na década de 1790. Samuel Freer, editor do *Rising Sun* de Kingston,

lembrava seus leitores de que "trigo, centeio, milho, assim como dinheiro ou *qualquer coisa* que serve para comer" seria aceita como pagamento na compra de um exemplar do jornal.<sup>27</sup> Chamar de "dinheiro" alguma coisa que "serve para comer" é uma forma mais clara de dizer que ele é precisamente um valor-de-uso. "Dinheiro" - a forma definitiva de pagamento - parecia ser somente mais um produto. Por qual outra razão os anúncios que os mercadores dirigiam aos lavradores pediam que estes lhes trouxessem seus produtos e que "dinheiro" seria pago por estes "se necessário"?<sup>28</sup> Uma opção como esta não faz sentido no contexto de um sistema de troca de mercadorias, no qual dinheiro é sempre requerido. Em virtude da natureza das relações sociais entre produtores num modo de produção de mercadorias, aceitar dinheiro em troca de produtos ou de trabalho não é uma alternativa mas uma necessidade. Somente em um modo de produção não voltado à mercadoria, onde o "dinheiro" funcionava somente como um valor-de-uso particular, necessário para alguns propósitos mas não para todos, é que se faz razoável assumir que o "dinheiro" seria tão raramente requerido, e tão raramente oferecido, que um dono de loja faria questão de anunciar que este estaria disponível àqueles que *pudessem* dele precisar.

Sem uma análise mais minuciosa dos vários livros de contas permanece inconclusa a interpretação que argumenta contra as trocas mediadas por dinheiro e, *a fortiori*, contra a existência de relações mercantis entre as unidades econômicas, os lares, nos primórdios dos Estados Unidos. Há, no entanto, consideráveis indícios a favor dela. Quando mudamos o foco de nossa atenção, das relações entre os produtos para as relações entre as pessoas, a interpretação

---

<sup>27</sup> *Kingston Rising Sun*, 19 de setembro de 1794 e 17 de outubro de 1794.

<sup>28</sup> *Kingston Rising Sun*, 9 de setembro de 1796.

se torna ainda mais sólida. Mesmo a atenção lateral para fatos bem conhecidos acerca da organização do trabalho nas áreas rurais norte-americanas nessa época demonstra que as relações pessoais em trabalho cooperativo comandavam muito mais a troca de produtos do que o contrário.

No modo de produção doméstico, os produtos estavam sujeitos ao trabalho antes de o trabalho ser determinado pelos produtos. Encontramos evidências disto em todo o lugar que olhamos. Nos livros de contas de Brink e Dunagin, por exemplo, os registros mostram que eles trocavam trabalhos mais do que produtos. Entradas indicando "dois *bushels* de centeio" eram somente um modo de anotar, por escrito e abreviadamente, o que está de fato sendo trocado: o trabalho necessário para cultivar e colher dois *bushels* de centeio. Esse costume de "trocar trabalho" era muito comum de acordo com Ulysses P. Hedrick, funcionário da Agricultural Extension Station de Geneva, Nova York, entre 1905 e 1938. Como ele corretamente apontou, o costume "(...) depende do mesmo princípio das trocas de produtos da lavoura por produtos do armazém." (HEDRICK, 1966: p. 205) Antes de 1840, os lavradores da Pensilvânia "frequentemente 'trocavam trabalho'", afirmou o historiador Stevenson Fletcher, "e havia também intercâmbio gratuito de equipamento", uma prática que era necessária "uma vez que ambos contratavam ajudantes e o dinheiro para pagá-los ou para comprar equipamento era escasso." (FLETCHER, 1950: p. 438)

Tais atos de "boa vizinhança" têm menor chance de aparecer na documentação histórica deixada para nós do que outros tipos de troca, mas sua importância no cotidiano das pequenas propriedades norte-americanas não deve ser subestimada. Empréstimos e cessões temporários eram vícios do lavrador comum contra os quais os reformadores agrícolas frequentemente tiveram que advogar.<sup>29</sup> Ainda hoje práticas não-monetárias desse tipo permanecem importantes nas comunidades agrícolas norte-americanas, como mostrou o estudo de John Bennett sobre os lavradores e rancheiros do Oeste de Saskatchewan, Canadá. Ele descobriu que 95% dos rancheiros e criadores de

---

<sup>29</sup> Albany *Cultivator*, Abril de 1835. Também em: DANHOF, Clarence. **Change in Agriculture, 1820-1870**. op. cit. p. 21.

gado participavam das tarefas cooperativas de marcar e conduzir o rebanho; 80% deles emprestava ou tomava emprestado algum tipo de equipamento agrícola todo mês; 95% eram membros de "parcerias de duas pessoas"; e 50% era membro de uma ou mais sociedades de ajuda mútua envolvendo três ou mais pessoas. (BENNETT, 1968) Gradativamente, a troca recíproca de trabalhos e ferramentas em pequena escala foi suplementada por iniciativas cooperativas mais amplas. Um estudo do século XIX sobre a agricultura nos inícios do Condado de York, na Pensilvânia, afirmou que "lavradores com propriedade vizinhas ajudavam um ao outro" durante a colheita: "Dez, quinze e às vezes uma centena de ceifeiros, homens e mulheres, trabalhavam ao mesmo tempo num único campo." (GIBSON apud FLETCHER, 1950: p. 119) A construção de casas, a debulha do milho, o abate de um porco, o preparo da cidra e a fiação eram também ocasiões para trabalho coletivo. (FLETCHER, 1950: pp. 439-444; HEDRICK, 1966: p. 205; BIDWELL; FALCONER, 1926: p. 34) Às vezes, quando "confrontados com o acúmulo de esterco por muitos anos, os lavradores costumavam convidar seus vizinhos para um mutirão para limpeza do esterco. (FLETCHER, 1950: p. 137)

Ainda mais sintomático para minha interpretação é o fato de que as trocas tomavam a forma de permutas diretas de trabalho não somente entre os lavradores mas igualmente entre estes e os artesãos. Os moradores da cidade frequentemente ajudavam na colheita, por exemplo. (FLETCHER, 1950: p. 120) Os artesãos rurais não produziam para a venda a compradores anônimos. Em vez disto, encomendavam "trabalhos sob medida" de seus vizinhos, os quais criavam um produto final de acordo com as especificações de seu "cliente" - esse último sendo quem frequentemente providenciava a matéria-prima. Lemuel Winchel, quando abriu uma ferraria em Marbletown, Nova York, anunciou no jornal local prometendo "sempre ter suprimentos para todos que gentilmente procurá-lo com suas demandas específicas de serviço".<sup>30</sup> John DeWitt recolhia tecido de lã "de boas condições" em lugares convenientes indicados por "todas as pessoas que tivessem a gentileza de procurá-lo com

---

<sup>30</sup> *Kingston Rising Sun*, 31 de outubro de 1794.

demandas de serviço", comprometendo-se também a entregar o produto final nesses mesmos pontos.<sup>31</sup> Na Pensilvânia do século XVIII, "açougueiros, sapateiros, alfaiates e funileiros eram frequentemente itinerantes, e usavam matéria-prima provida pelos clientes para fabricar seus produtos." (LEMON, 1972: p. 27; GRANT, 1961: p. 115) "A maioria dos artigos que os artesãos produziam", concluiu Carl Bridenbaugh em seu estudo sobre os artífices do período colonial, "era constituída dos chamados produtos 'spoken' ou 'bespoken', isto é, artigos feitos sob medida por encomenda de um cliente". Esse era o caso especialmente nas vilas rurais. (BRIDENBAUGH, 1950: p. 147)<sup>32</sup>

A troca de produtos nos primórdios dos Estados Unidos ocorria predominantemente como resultado da cooperação direta de diferentes trabalhos. Os governos locais dos séculos XVIII e XIX decretaram uma porção de regulamentos econômicos voltados a restringir a livre troca de produtos. Um edifício jurídico e legal inteiro teve de ser desmantelado antes que a produção de mercadorias pudesse se disseminar no campo. (MORRIS, 1946) Por exemplo: o Conselho de Supervisores de Kingston, Nova York, situado no Rio Hudson, no coração de um distrito supostamente devotado à agricultura comercial, exigiu que o aluguel devido pelos moradores da cidade nas terras comunais fosse pago em trigo de inverno, cujo preço os Supervisores regulavam. O trigo recebido nessas condições não era exportado mas mantido para consumo local, e um máximo de dois a quatro *bushels* foi definido relativamente ao montante que cada habitante podia comprar do armazém comum.<sup>33</sup>

Além disto, a lei contra o que poderíamos chamar de "práticas de mercado" não precisava estar escrita para ser sentida. Acumular e armazenar grãos na espera de preços mais altos, ao invés de vendê-los ao preço corrente

---

<sup>31</sup> *Kingston Rising Sun*, 20 de janeiro de 1797.

<sup>32</sup> Acerca desse mesmo assunto, ver também: TAYLOR, George Rogers. **The Transportation Revolution, 1815-1860**. New York: M.E. Sharpe, 1951. p. 215.

<sup>33</sup> Conselho dos Supervisores de Kingston. *Minutas*. 11 de março, 1774; 6 de março de 1784; 29 de janeiro de 1790; e 15 de fevereiro de 1793.

para as pessoas que precisassem, era enérgica e correntemente condenado.<sup>34</sup> As práticas estabelecidas determinavam a proporção esperada de troca entre produtos ou trabalhos. Qualquer alteração nessas taxas enfrentava resistência. Mesmo em 1838, um lavrador relatou a Jesse Buel, editor do *Albany Cultivator* e candidato Whig ao governo de Nova York em 1836, que vinha por meses pesando os grãos antes de levá-los para o moinho onde eram transformados em farinha. Para sua surpresa, descobriu que o moleiro estava exigindo uma taxa de 20% ao invés dos costumeiros 10%, e se perguntou se não haveria uma lei contra isto? Até onde Buel sabia, não havia. Mas concordou que deveria haver. "O presente costume, que na ausência de lei tem a força de tal, parece ter estabelecido a taxa de 10%. Se o moleiro pode impunemente cobrar 20%, pode também, pela mesma regra, cobrar 50%."<sup>35</sup> De fato podia. E num mundo em que ele podia, o lavrador faria bem em sempre pesar todas as coisas, e aferrar-se aos seus cobres. Essa é a lei das práticas de mercado.

Para além de estabelecer restrições ao livre fluxo de mercadorias, as leis locais e o costume governavam a divisão geral de trabalho na comunidade. Se a procura concreta pelo trabalho comandava a troca de produtos entre os indivíduos no modo de produção doméstico, o "bem público" governava a distribuição proporcional do conjunto do trabalho social. E ao ponto de que um objeto tão esquivo como este, "bem público", poderia ser determinado pelas deliberações dos cidadãos da região e pelo costume acumulado. A "lei do valor" do modo de produção doméstico, em outras palavras, era mais uma questão política do que econômica. As minutas do Conselho de Supervisores de Kingston, por exemplo, estão repletas de esforços de seus membros para alocar porções do terreno comunal da cidade àqueles com real necessidade, bem como controlar a exploração do resto dele de modo que todos os moradores da cidade pudessem usufruir seus recursos comuns. Mesmo o costume de exigir de prováveis residentes o pagamento de uma garantia antes que fossem autorizados a se estabelecer na comunidade pode ser visto sob essa luz. Tais procedimentos

---

<sup>34</sup> *Kingston Rising Sun*, 24 de fevereiro de 1797 e 15 de julho de 1797.

<sup>35</sup> *Albany Cultivator*, Março de 1838.

não somente garantiam que pessoas indigentes não se tornassem encargo público; eles também regulavam o número de pessoas praticando comércio naquela área. Por conta disto, em Kingston, na década de 1790, se solicitou a um morador que assumisse responsabilidade por um ferreiro que queria se estabelecer na área. Tais funções de "aviso", obviamente, eram momentâneas numa comunidade nova e em expansão. Mas nas regiões mais antigas e longamente estabelecidas à Leste, serviram para proteger comerciantes estabelecidos de competições potencialmente ruinosas.

Uma mercadoria é um "hieróglifo social" cujo segredo reside no fato de que, nos modos de produção voltados à mercadoria, a troca de produtos é a única forma através da qual o trabalho das unidades de produção é coordenado. O modo de produção doméstico é uma espécie distinta. Onde o dinheiro não intermedeia a troca de produtos, as relações sociais entre os produtores não podem ser relações mercantis. Se o fossem, o dinheiro iria "necessariamente se cristalizar a partir do processo de troca". A ausência de qualquer equivalente universal desempenhando esse papel é *a priori* evidência de que estamos lidando com um modo de produção não-mercantil.

Modos de produção mercantis ou não-mercantis devem ser distinguidos um do outro particularmente pelo fato de que as relações entre a troca de produtos e a troca de trabalhos são invertidas. Em modos de produção mercantis o trabalho está sujeito aos produtos. As relações entre pessoas se apresentam como relações entre coisas. Num modo de produção não-mercantil, os produtos estão sujeitos ao trabalho. A organização do trabalho é realizada diretamente através de relações pessoais entre os produtores. Os lavradores que viveram nos primórdios dos Estados Unidos não eram auto-suficientes, mas o fato de que suas conexões uns com os outros eram mais frequentemente trocas de trabalho do que trocas de produtos pode ter contribuído para a ilusão de que eles eram. Observadores acostumados a um mundo de mercadorias costumam ver somente relações de mercado. Os habitantes dos Estados Unidos dessa época, por sua vez, viveram num mundo não-mercantil. O dinheiro não intermediava as trocas. A troca acontecia como uma parte natural da

cooperação de trabalhos concretos de indivíduos e grupos dentro da comunidade.

#### IV

Num instigante ensaio sobre produção doméstica e sociedades agrárias, Harriet Friedmann insistiu na importância de distinguir claramente entre camponeses e produtores simples de mercadorias. Em cada um dos casos, a família é a unidade primária tanto da produção quanto da interação com o resto do mundo. Mas as semelhanças terminam aí. Famílias camponesas se reproduzem fora do mercado, através de "laços diretos e não-monetários" com outras famílias e classes, os quais garantem a eles o acesso à terra, ao trabalho, ao crédito e a artigos comerciais. Produtores simples de mercadorias, pelo contrário, dependem de relações comerciais ou mercantis para obter ambos seus meios de produção e sua subsistência. Como resultado, aqueles têm repetidamente se mostrado resistentes à comercialização (ou mercantilização), enquanto estes têm sido necessariamente integrados e tornados dependentes da economia capitalista mais ampla. (FRIEDMANN, 1980)<sup>36</sup>

Obviamente, há similaridades impressionantes entre os "camponeses" de Friedmann e os produtores domésticos acima descritos. A imigração para o Novo Mundo foi sempre estreitamente vinculada à desintegração das sociedades camponesas "tradicionais" na Europa e em outros lugares, e também à disseminação de relações comerciais "modernas". Os colonos vieram para a América do Norte não somente para reproduzir o modo de vida que tinham conhecido, mas também determinados a escapar daquelas estruturas de poder que permitiam a uma aristocracia improdutiva se apropriar de uma onerosa

---

<sup>36</sup> A despeito de sua integração e dependência da economia capitalista, produtores simples de mercadorias têm se provado notoriamente resilientes. Num artigo mais antigo mas igualmente fascinante, Friedmann assinalou que, entre 1873 e 1935, produtores simples de mercadorias baseados em trabalho familiar substituíram empresas capitalistas baseadas em trabalho assalariado como principais fornecedores de trigo no mercado mundial. FRIEDMANN, Harriet. *World Market, State, and Family Farm: Social Bases of Household Production in the Era of Wage Labour. Comparative Studies in Society and History*, v. 20 (1978b), pp. 545-586. Ver também: FRIEDMANN, Harriet; McMICHAEL, Philip. *Agriculture and the State System: The Rise and Decline of National Agriculture, 1870 to the present. Sociologia Ruralis*, v. 29 (1989), pp. 93-117.

parte da produção social para seu próprio usufruto. Ao fazer a travessia, portanto, os imigrantes do Novo Mundo não buscavam imediatamente tornar-se produtores individualistas de mercadoria, com seu sustento a depender daquilo que Jefferson chamou de "casualidades e caprichos dos consumidores". Eles buscaram antes reproduzir os laços de reciprocidade comunitária, tanto igualitários quanto hierárquicos, que haviam constituído a melhor garantia para a segurança de sua família, mesmo com as taxas impostas sobre seus trabalhos por uma aristocracia cheia de si e dada ao consumo conspícuo. Ao mesmo tempo, os colonos fizeram tudo ao seu alcance - não excluídas aí a guerra e a revolução - para resistir não somente à comercialização (ou mercantilização) desses laços, como igualmente às tentativas de restabelecimento desses poder e pretensão aristocráticas na América do Norte. (JEFFERSON, 1984, p. 290)<sup>37</sup>

A assim chamada agricultura "de subsistência" dos Estados Unidos da época da Revolução, portanto, representa um exemplo intrigante da "produção doméstica independente" que Friedmann incluiu em sua lista de "formas de produção 'camponesa'". (FRIEDMANN, 1980, pp. 176-177) Os colonos estiveram entre os primeiros nos tempos modernos a estabelecer de modo bem sucedido sua completa independência política e econômica da Europa aristocrática e capitalista. Tendo feito isto, eles continuaram a insistir, pela maior parte do meio século seguinte, que a comercialização ocorresse (se ocorresse) sob seus próprios termos, resistindo vigorosamente às tentativas dos capitalistas nativos de conquistar para si as regalias e privilégios gozados pelos homens ricos da Europa. Pelo contrário, a classe de pequenos produtores colocada no poder pela Revolução de 1776 possibilitou aos Estados Unidos implementar, durante as primeiras décadas, um conjunto de políticas de desenvolvimento singularmente ilustradas que não somente aumentou o nível de vida da vasta maioria da população mas também continuou a democratização

---

<sup>37</sup> Sobre o igualitarismo dos colonos norte-americanos, ver: WOOD, Gordon S. **The Radicalism of the American Revolution**. New York: A.A. Knopf, 1992.

da sociedade norte-americana iniciada pela Revolução de 1776. Trata-se de um fato praticamente sem paralelo na história moderna.<sup>38</sup>

Haverá mais a ser dito sobre esses temas posteriormente. Por ora, precisamos apenas lembrar da salutar insistência de Friedmann quanto à distinção entre a forma efervescente de economia "camponesa" que eu chamei de "modo de produção doméstico" e outros sistemas de produção de mercadorias (ou comerciais). A menos que façamos isto, será impossível entender a dificuldade da transição para o capitalismo nos Estados Unidos. Durante o século XVIII e início do XIX, a base social predominante de oposição às formas capitalistas de produção nos Estados Unidos foi a economia doméstica não voltada à mercadoria encontrada por todo o campo norte-americano. Produtores simples de mercadorias quase sempre se encontravam profundamente implicados na sobrevivência do capital, e o insucesso em distinguir entre eles e os produtores domésticos não-comerciais tem induzido ao erro muitos estudiosos da transição. Felizmente, tem crescido a literatura sobre as características distintivas entre a produção doméstica, a produção simples de mercadorias e a capitalista. Para nosso propósito, precisamos nos preocupar somente com quatro áreas: 1) as condições de reprodução social; 2) as condições formais de troca; 3) o objetivo da produção; e 4) o caráter da estrutura social (ou relações de classe).

**Reprodução:** A primeira e mais decisiva diferença entre, por um lado, o modo de produção doméstico e, por outro lado, a produção simples de mercadorias e capitalista, é que o primeiro pode se reproduzir fora do mercado. No modo de produção doméstico, as famílias obtêm seus meios de subsistência e reprodução no interior da própria família ou através dos laços comunais recíprocos com outros que pertencem ao seu círculo. É irrelevante o quanto da renda familiar total é obtida desse modo - se 5% ou 95%. A única questão aqui é se a família pode, se assim desejar, conseguir o montante necessário para

---

<sup>38</sup> Para mais sobre esse tema, ver: MERRILL, Michael D. The Anti-capitalist Origins of the United States. *Review: A Journal of the Braudel Center*, v. 13 (1990), pp. 465-497.

sustentar e reproduzir sua unidade através do tempo sem gastar, por assim dizer, um tostão.

Os produtores simples de mercadorias, pelo contrário, asseguram a renda necessária para sua reprodução através do mercado, onde estão em competição direta com outros produtores, inclusive capitalistas. Essa circunstância os força a degradar constantemente o valor de seu trabalho, assim como a encontrar maneiras de aumentar sua produtividade para que não sejam tirados do mercado pelos que vendem mais barato. Artesãos e lavradores que possuem seus próprios meios de produção, e que são apanhados no aperto do mercado, podem explorar-se a si próprios se quiserem, como notou Marx, sendo trabalhadores assalariados de seu próprio capital. Contudo, na maioria das ocupações - a atividade agrícola sendo a mais proeminente exceção - eles eventualmente sucumbem ao aperto, tornando-se um pequeno capitalista, que explora o trabalho de outros, ou um autêntico trabalhador assalariado. (MARX, 1963a: pp. 407-409)<sup>39</sup>

**Trocas:** Num modo de produção capitalista, a troca de insumos e de produtos é mediada por dinheiro, sendo que ao final de um período de produção o dinheiro realizado através da venda destes deve ser maior que o montante necessário para reposição daqueles. A existência de capitalistas como uma classe depende dessa condição. Na produção simples de mercadorias, a troca de insumos e produtos também é mediado por dinheiro, mas a empresa (em muitos casos a família) não precisa obter lucro. É suficiente que a receita da venda da produção se equilibre com o preço dos insumos utilizados no processo. Como Friedmann mostrou, essa diferença explica a sobrevivência das propriedades

---

<sup>39</sup> (Ed. Bras.: MARX, Karl. **Teorias da Mais-Valia**. Volume 2. [Tradução de Reginaldo Sant'Anna] Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1987.) Acerca das peculiaridades da produção agrícola que a tornam menos suscetível à penetração capitalista, ver: MANN, Susan A.; DICKINSON, James M. Obstacles to the Development of Capitalist Agriculture. *Journal of Peasant Studies*, v. 5 (1978), pp. 466-481.; e MANN, Susan A. **Agrarian Capitalism in Theory and Practice**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1990. especialmente as páginas 28-46. Para outra visão sobre o assunto, ver: MOONEY, Patrick H. Labour Time, Production Time and Capitalist Development in Agriculture: A Reconsideration of the Mann-Dickinson Thesis. *Sociologia Ruralis*, v. 22 (1978), pp. 279-291.; e MOONEY, Patrick H. **My Own Boss: Capital, Labour and the Family**. Boulder, Columbia: Westview Press, 1988.

rurais familiares apesar de enfrentarem competição direta com os agricultores capitalistas - com quem, de acordo com a crença generalizada, devem residir todas as vantagens. (FRIEDMANN, 1978b; FRIEDMANN, 1978a)<sup>40</sup>

Produtores domésticos também precisam ter um lucro. Mas onde produtores simples de mercadorias precisam manter cada um de seus negócios apartados e pagar as contas em dia para evitar taxas de juros, as famílias no modo de produção doméstico podem ficar em débito umas com as outras por anos sem ter nenhum juro cobrado, frequentemente sem ter suas dívidas trocadas de mãos. Produtores de mercadorias ameaçam seu crédito – e, portanto, sua independência - se falharem em saldar suas contas. Eles têm, portanto, muito maior necessidade de dinheiro ou de um meio equivalente de pagamento. Produtores domésticos, que se reproduzem independentemente do mercado, não estão sob a mesma compulsão. Eles podem, se necessário, adiar suas obrigações quase sem limites. No modo de produção doméstico, as pessoas podem ficar devendo para parceiros de troca por tanto tempo quanto os demais estão dispostos a estender-lhes o crédito. Esse elemento da rede recíproca de trocas, característico do modo de produção doméstico, tanto resolve parte do mistério da "vasta teia de débitos" que os historiadores encontram nas comunidades rurais do século XVIII, quanto explica porque esses débitos não se constituíam num fardo. (GRANT, 1961: p. 68) Ao invés de separar as pessoas em classes, eles as articulavam em comunidade.

**Produção:** O modo de produção doméstico também difere dos modos de produção capitalista e da produção simples de mercadorias porque as iniciativas em cada sistema são gerenciadas com vistas a diferentes objetivos. O propósito da produção capitalista, evidentemente, é tornar o lucro igual àquele que pode ser obtido em qualquer outro lugar. A produção simples de mercadorias, pelo contrário, é governada pelas necessidades individuais de cada iniciativa. Os lavradores familiares comercialmente orientados só precisam

---

<sup>40</sup> Ver também, acerca dessas questões: PFEFFER, Max. Social Origins of the Three Systems of Farm Production in the United States. *Rural Sociology*, v. 48 (1983), pp. 540-562.; e WENGER, Morton G.; BUCK, Pem Davidson. Farms, Families, and Super-Exploitation: An Integrative Reappraisal. *Rural Sociology*, v. 53 (1988), pp. 460-472.

ganhar o suficiente para garantir para si e suas famílias um padrão decente de vida. A produção doméstica, entretanto, não é regulada somente pelo lucro e tampouco pelas necessidades individuais: ela é regulada pela necessidade social percebida. Os domicílios produzem valores de uso para si e valores de uso para os outros. Esse último, óbvio, é a condição necessária para qualquer troca. Mas diferentemente da situação da produção capitalista e da produção simples de mercadorias, os valores-de-uso-para-os-outros não são produzidos para suprir uma demanda geral. Em vez disto, eles são produzidos para pessoas específicas, para suprir suas necessidades específicas.

**Estrutura social:** Cada um desses modos de produção têm uma estrutura social específica. No modo de produção capitalista e no modo de produção simples de mercadorias, os donos dos produtos confrontam uns aos outros no mercado assim como outros produtores de diferentes mercadorias. O caráter social de seu trabalho é expressado indiretamente como uma relação de troca e diretamente como uma relação de produção - isto é, eles cooperam na produção através do mercado. No modo de produção doméstico, em contrapartida, produtores individuais cooperam diretamente no processo de produção, e o fazem através de laços pessoais e relações de troca recíprocas.

Cada modo de produção tem uma estrutura de classes característica. Na produção capitalista a única mercadoria que as pessoas têm para vender é sua força de trabalho. Aqueles que possuem algo além de sua força de trabalho para vender se tornam capitalistas potenciais, aqueles que só possuem sua força de trabalho, potenciais proletários - cada um dos quais confrontando o outro no mercado como duas grandes classes diferencialmente favorecidas, os exploradores e os explorados. Na produção simples de mercadorias e na produção doméstica, as relações de classe não são de mercado, mas sim pessoais. Nelas, a classe explorada muito provavelmente é composta de membros da família ou dos que vivem entre eles. Ao mesmo tempo, os requisitos de reprodução característicos do modo de produção doméstico permite aos domicílios estar no mercado mas não estar sujeito a ele. Os produtores simples de mercadorias não tem opção senão a de estar em ambas as

condições. Como resultado, no entanto, eles ocupam um lugar de classe contraditório: são tanto capitalistas quanto trabalhadores.<sup>41</sup>

Restam ainda questões muito complexas para serem resolvidas. Eu pude somente apresentar uma abordagem preliminar do "modo de produção doméstico" como ele de fato existiu. O trabalho duro ainda há de ser feito. Modos de produção não perambulam por aí, na superfície da sociedade, imediatamente visíveis para olhos não-treinados. Antes, eles existem por debaixo da superfície do cotidiano como padrões sutis, mas cognoscíveis, na maneira como as pessoas se relacionam entre si. Para ser capaz de vê-los é necessário trabalho intelectual e pesquisa empírica. Teremos prova da existência do modo de produção doméstico quando formos convencidos de que tal conceito é necessário para entender a sociedade norte-americana dos primórdios, assim como a forma com que ela funcionava para dar conta de reproduzir suas relações sociais características apesar das demandas contraditórias da propriedade privada e da divisão social do trabalho.

Evidentemente, o modo de produção doméstico compartilha esse desafio com os modos de produção de mercadorias. A diferença entre eles é que cada um sustenta a contradição à sua maneira. Como Marx notou no capítulo 3 d'*O Capital*, "a troca de mercadorias implica condições contraditórias e mutuamente excludentes. O ulterior desenvolvimento da mercadoria não abole essas contradições, antes cria a forma dentro da qual essas se movem. Esse é, em geral, o modo com que as contradições são resolvidas." (MARX, 1976: p. 198)<sup>42</sup> No modo de produção doméstico não se encontra esse ulterior desenvolvimento das mercadorias em mercadorias e dinheiro. Não se encontra, portanto, mercadoria alguma, estritamente falando. Mas há outras formas de

---

<sup>41</sup> Sobre o lugar de classe contraditório dos pequenos lavradores, ver: MOONEY, Patrick H. Toward a Class Analysis of Midwestern Agriculture. *Rural Sociology*, v. 48 (1983), pp. 563-584.; e também, do mesmo autor, *My Own Boss: Capital, Labour, and Family*. Ver também: GOODMAN, David; REDCLIFT, Michael. Capitalism, Petty Commodity Production, and the Farm Enterprise. *Sociologia Ruralis*, v. 25 (1985), pp. 231-247.; FRIEDMANN, Harriet. Patriarchy and Property: A Reply to Goodman and Redclift. *Sociologia Ruralis*, v. 26 (1986), pp. 186-193.; bem como as contribuições para a edição especial do periódico *Social Analysis*, v. 20 (1986), cujo dossiê é "Rethinking Petty Commodity Production".

<sup>42</sup> Ed. Bras.: MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, Volume 1. 13ª ed. [Tradução de Reginaldo Sant'Anna] Rio de Janeiro: Editora Bertrand -do Brasil, 1989. pp. 117-118. (N. do T.)

resolver a tensão entre propriedade privada e trabalho socializado, como nos ensina a história dos Estados Unidos dessa época. O modo de produção doméstico é o conceito correspondente a uma dessas formas.

De fato, se eu puder insistir um pouco mais nesse ponto, muitas das ambiguidades do republicanismo democrático dos Estados Unidos parecem ser pouco mais do que reflexos ideológicos das contradições existentes no interior do modo de produção doméstico. O fato de que cada unidade possuía sua terra em *fee simple*,\* e que confrontava as outras unidades como donos absolutos de seu produto, resultou tanto em independência quanto em igualdade - a primeira resultado de um sistema de produção e a última como resultado de um sistema de trocas. No entanto, como argumentei, os requisitos da divisão local do trabalho estabeleceram limites estritos a essa igualdade. Cada unidade produtiva só podia ser independente se voluntariamente abrisse mão de sua autonomia para outras unidades produtivas entrando numa envolvente rede de transações e obrigações recíprocas em que todo mundo estava em débito com os demais. Em outras palavras: cada unidade doméstica estava singularmente atrelada ao "bem público".

Em segundo lugar, a igualdade engendrada nas trocas entre as unidades domésticas não se estendia automaticamente às relações no interior delas. Os domicílios - ou, mais precisamente, seus representantes sociais, os homens adultos casados - podem ter usufruído de considerável igualdade, mas isso não significa que todos os seus membros o fizeram. Eles eram, em vez disto, dependentes do cabeça da família, e não havia distância tão grande entre a dependência doméstica e a escravidão - especialmente quando, como apontou Edmund Morgan, escravos não precisavam ser criados, mas somente comprados. (MORGAN, 1975: p. 297) Se republicanos democráticos promulgaram uma Declaração de Independência que insistia sobre o fato de que todos os homens são criados iguais e ainda assim mantiveram africanos e afro-

---

\* A *fee simple* é uma forma de posse livre e plena da terra, sobre a qual não pesa nenhum embaraço ou obrigação. Segundo clarificação do autor, a *fee simple* é similar à posse das terras alodiais, em contraste com as feudais.

americanos como escravos, não nos deve surpreender o fato de que eles mesmos negassem os Direitos do Homem às mulheres.

O modo de produção doméstico existiu por longo tempo na Europa assim como nos Estados Unidos - mesmo somente um ideal ao qual aspiravam os camponeses caso tivessem oportunidade. Embora ele tenha tido um papel importante, ainda pouco apreciado na história de outras partes do mundo, acredito que ele tenha florescido plenamente nos Estados Unidos durante o período de 1750 a 1850. Como sugeri, as ambiguidades do republicanismo democrático nos Estados Unidos refletem diretamente as ambiguidades e contradições dessa experiência. Em algum ponto nessa direção encontra-se o caminho para uma interpretação radical da Revolução Americana que não somente preste homenagem às importantes descobertas de Bernard Baylin e Gordon Wood, mas que também estabeleça ligação com a longa tradição das revoltas camponesas que sempre ofereceram grande ameaça para as aristocracias fundiárias, antes disto e desde então.<sup>43</sup>

Mais que isto, penso que encontraremos aí um caminho para uma interpretação mais orgânica sobre os Estados Unidos de antes da Guerra Civil. Quando o modo de produção doméstico, como o defini, é reconhecido como o elo de mediação entre escravidão de um lado, e capitalismo do outro - elos que são especificáveis - torna-se possível superar não somente os visíveis preconceitos regionais da historiografia, mas também a separação a-histórica da escravidão propriamente dita em relação a outras partes da história do Sul. (GENOVESE, 1975)<sup>44</sup> Os requisitos da produção doméstica tornam inteligíveis

<sup>43</sup> BAYLIN, Bernard. **The Ideological Origins of the American Revolution**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1967. (Ed. Bras.: BAYLIN, Bernard. **As origens ideológicas da Revolução Americana**. Tradução de Cleide Rapucci. Bauru: Edusc, 2003.); WOOD, Gordon S. **The Creation of the American Republic**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1969.; além de *The Radicalism of the American Revolution*, também de autoria deste. A história agrária da Revolução Americana ainda está para ser escrita. No entanto, ver o estudo de Allen French sobre a mobilização do campo em Massachusetts: FRENCH, Allen. **The First Year of the American Revolution**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1934.; além de: BUSHMAN, Richard. *Massachusetts Farmers and Revolution*. In: JELLISON, Richard (ed.). **Freedom, Society, Conscience: The American Revolution in Virginia, Massachusetts, and New York**. New York: Norton, 1976.

<sup>44</sup> GENOVESE, Eugene. Yeoman Farmers in a Slaveholders Democracy. *Agricultural History*, v. 49 (April 1975), pp. 331-342. Steve Hahn fez uma indispensável contribuição a esse processo

várias das mais importantes características dos movimentos sociais das décadas de 1830 e 1840. O movimento anti-bancário, o Socialismo Fourierista, o Mormonismo e o movimento pela Reforma Fundiária foram todos tentativas, distorcidas mas cheias de energias, de impedir o eclipse iminente do modo de produção doméstico. O fermento da Era Jacksoniana parece ser, como os Progressistas tentaram nos dizer sem saber como, o sintoma de uma crise geral no modo de produção que havia se estabelecido na América do Norte com mais firmeza do que em qualquer outro lugar, que havia se consolidado por meio da primeira revolta contra o sistema imperial moderno, e que foi, então, derrotado em sua própria terra por um capitalismo insurgente. Contada desse modo, no final das contas, essa não parece ser uma história surpreendente.

### **Referências bibliográficas**

ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Etienne; ESTABLET, Roger. **Reading Capital**. Translated by Ben Brewster. London: New Left Books, 1970.

BAYLIN, Bernard. **The Ideological Origins of the American Revolution**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1967.

BENNETT, John W. Reciprocal Economic Exchanges among North American Agricultural Operators. *Southwestern Journal of Anthropology*, n. 24 (1968), pp. 276-309.

BETELHEIM, Charles. **Economic Calculation and Forms of Property**. Translated by John Taylor New York: Monthly Review Press, 1975.

BIDWELL, Percy W.; FALCONER, John I. **History of Agriculture in the Northern United States, 1620-1860**. Washington: Carnegie Institution, 1926.

BRAVERMAN, Harry. **Labor and Monopoly Capital**. New York: Monthly Review Press, 1974.

BRIDENBAUGH, Carl. **The Colonial Craftsmen**. Chicago. University of Chicago Press, 1950.

---

em: HAHN, Steve. **The Roots of Southern Populism: Yeoman Farmers and the Transformation of the Georgia Upcountry, 1850-1890**. New York: Oxford University Press, 1983. Ver também: HAHN, Steven; PRUDE, Jonathan (eds.). **The Countryside in the Age of Capitalist Transformation: Essays in the Social History of Rural America**. Chapel Hill: The University of California Press, 1985.

BRUCHEY, Stuart Weems. **Growth of Modern American Economy.** New York: Dodd, Mead, 1975.

\_\_\_\_\_. **The Roots of American Economic Growth, 1607-1861.** New York: Harper & Row, 1965.

BUTTEL, Frederick H.; LARSON, Olaf F.; GILLESPIE, Gilbert W. **The Sociology of Agriculture.** New York: Greenwood Publishing Group, 1990.

CLARK, Christopher (et al.). The Transition to Capitalism in America: A Panel Discussion. *The History Teacher*, n. 27 (May 1994), pp. 264-288.

DANHOF, Clarence. **Change in Agriculture, 1820-1870.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1969.

DOWD, Douglas. **The Twisted Dream: Capitalist Development in the United States since 1776.** Cambridge, Massachusetts: Winthrop Publishers, 1974.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring.** Translated by Emile Burns. New York: International Publishers, 1939.

FLETCHER, Stevenson W. **Pennsylvania Agriculture and Country Life, 1640-1840.** Harrisburg: Pennsylvania Historical and Museum Commission, 1950.

FRENCH, Allen. **The First Year of the American Revolution.** Boston: Houghton Mifflin Company, 1934.

FRIEDMANN, Harriet. Household Production and the National Economy: Concepts for Analysis of Agrarian Formations. *The Journal of Peasant Studies*, v. 7, n. 2 (January 1980), pp. 158-184.

FRIEDMANN, Harriet. Patriarchy and Property: A Reply to Goodman and Redclift. *Sociologia Ruralis*, v. 26 (1986), pp. 186-193.

\_\_\_\_\_. Simple Commodity Production and Wage Labour in the American Plains. *The Journal of Peasant Studies*, v. 6 (1978a), pp. 71-100.

\_\_\_\_\_. World Market, State, and Family Farm: Social Bases of Household Production in the Era of Wage Labour. *Comparative Studies in Society and History*, v. 20 (1978b), pp. 545-586.

\_\_\_\_\_; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the State System: The Rise and Decline of National Agriculture, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, v. 29 (1989), pp. 93-117.

GATES, Paul W. Problems of Agricultural History, 1790-1840. In: KELSEY, Darwin P. (ed.). **Farming in the New Nation: Interpreting American Agriculture, 1790-1840**. Washington: The Agricultural History Society, 1972.

\_\_\_\_\_. **The Farmer's Age: Agriculture, 1815-1860**. New York: Holt, Rhinehart & Winston, 1951.

GENOVESE, Eugene. Yeoman Farmers in a Slaveholders Democracy. *Agricultural History*, v. 49 (April 1975), pp. 331-342

GIBSON, John. **History of York County, Pennsylvania**. Chicago, F.A. Publishing Company, 1886.

GODELIER, Maurice. **Rationality and Irrationality in Economics**. London: Monthly Review Press, 1972.

GOODMAN, David; REDCLIFT, Michael. Capitalism, Petty Commodity Production, and the Farm Enterprise. *Sociologia Ruralis*, v. 25 (1985), pp. 231-247

GRANT, Charles. **Democracy in the Connecticut Frontier Town of Kent**. New York: Columbia University Press, 1961. pp. 31-32.

HAHN, Steve. **The Roots of Southern Populism: Yeoman Farmers and the Transformation of the Georgia Upcountry, 1850-1890**. New York: Oxford University Press, 1983.

HAHN, Steven; PRUDE, Jonathan (eds.). **The Countryside in the Age of Capitalist Transformation: Essays in the Social History of Rural America**. Chapel Hill: The University of California Press, 1985.

HEDRICK, Ulysses P. **A History of Agriculture in the State of New York**. New York: Hill and Wang, 1966.

HOFSTADTER, Richard. **The Age of Reform**. New York: Vintage Books, 1956.

\_\_\_\_\_. **The American Political Tradition**. New York: Vintage Books, 1948.

INNES, Stephen (ed.). **Work and Labor in Early America**. Chapel Hill: Institute of Early American History and Culture; University of North Carolina Press, 1988.

JEFFERSON, Thomas. **Writings**. Edited by M.D. Peterson. New York: The Library of America, 1984.

JELLISON, Richard (ed.). **Freedom, Society, Conscience: The American Revolution in Virginia, Massachusetts, and New York.** New York: Norton, 1976.

LEMON, James T. **The Best Poor Man's Country.** Baltimore: John Hopkins Press, 1972.

LOEHR, Rodney C. Self-sufficiency on the Farm. *Agricultural History*, n. 26 (April 1952), pp. 37-41.

MAIN, Jackson Turner. **The Social Structure of Revolutionary America.** Princeton: Princeton University Press, 1965.

MANN, Susan A. **Agrarian Capitalism in Theory and Practice.** Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1990.

\_\_\_\_\_; DICKINSON, James M. Obstacles to the Development of Capitalist Agriculture. *Journal of Peasant Studies*, v. 5 (1978), pp. 466-481.

MARX, Karl. **A Contribution to a Critique of Political Economy.** Moscow: Progress Publishers, 1972. p. 20.

\_\_\_\_\_. **Capital: A Critique of Political Economy.** (3 vols.). Harmondsworth, England: Penguin Books, 1976-1981.

\_\_\_\_\_. **Capital – Volume I.** London: Penguin Books, 1976.

\_\_\_\_\_. **Capital - Volume II.** Translation by Ben Fowkes. New York: Penguin Books, 1967a.

\_\_\_\_\_. **Capital - Volume III.** New York: International Publishers, 1967b.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse.** Translation by Martin Nicolaus. Middlesex, England: Penguin Books, 1973.

\_\_\_\_\_. **Theories of surplus value - Volume I.** Moscow: Lawrence & Wishart, 1963a.

\_\_\_\_\_. **The Poverty of Philosophy.** New York: International Publishers, 1963b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Selected Correspondence.** Moscow: Progress Publishers, 1975. p. 196.

MAUSS, Marcel. **The Gift.** New York: Cohen & West, 1967.

McCUSKER, John J.; MENARD, Russell. **The Economy of British America, 1607-1789**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1985.

MEEK, Ronald. **Studies in the Labour Theory of Value**. London: Lawrence & Wishart, 1956.

MERRILL, Michael D. Putting Capitalism in its Place: A Review of Recent Literature. *The William and Mary Quarterly*, 3rd Ser., n. 52 (April 1995), pp. 315-326.

\_\_\_\_\_. The Anti-capitalist Origins of the United States. *Review: A Journal of the Braudel Center*, v. 13 (1990), pp. 465-497.

MITCHELL, Robert D. The Commercial Nature of Frontier Settlement in the Shenandoah Valley of Virginia. *Proceedings of the Association of Geographers I*, 1969, pp. 109-113.

MOONEY, Patrick H. Labour Time, Production Time and Capitalist Development in Agriculture: A Reconsideration of the Mann-Dickinson Thesis. *Sociologia Ruralis*, v. 22 (1978), pp. 279-291.

\_\_\_\_\_. **My Own Boss: Capital, Labour and the Family**. Boulder, Columbia: Westview Press, 1988.

\_\_\_\_\_. Toward a Class Analysis of Midwestern Agriculture. *Rural Sociology*, v. 48 (1983), pp. 563-584.

MORGAN, Edmund S. **American Slavery - American Freedom: The ordeal of colonial Virginia**. New York: W.W. Norton & Company, 1975.

MORRIS, Richard Brandon. **Government and Labor in Early America**. New York: Columbia University Press, 1946.

PARKER, William; DAVIS, Lance (et al.). **American Economic Growth: An Economist's History of the United States**. New York: Harper & Row, 1972.

PFEFFER, Max. Social Origins of the Three Systems of Farm Production in the United States. *Rural Sociology*, v. 48 (1983), pp. 540-562.

ROWTHORN, Bob. Neo-Classicism, Neo-Ricardianism and Marxism. *New Left Review*, n. 86 (July-August, 1974), pp. 63-87.

ROBBINS, Lionel. **An Essay on the Nature and Significance of Economic Science**. London: Macmillan, 1949.

RUTTMAN, Darrett. **Winthrop's Boston: Portrait of a Puritan Town, 1630-1649**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1965.

SAHLINS, Marshall. **Stone Age Economics**. Chicago: Aldine Publishing Company, 1972.

SCOTT, Alison McEwan. "Why rethink petty commodity production". *Social Analysis: Journal of Cultural and Social Practice*, v. 20 (December, 1986), pp. 3-11.

SMITH, Adam. **Wealth of nations**. New York: E.P. Dutton, 1937.

TAYLOR, George Rogers. **The Transportation Revolution, 1815-1860**. New York: M.E. Sharpe, 1951.

WENGER, Morton G.; BUCK, Pem Davidson. Farms, Families, and Super-Exploitation: An Integrative Reappraisal. *Rural Sociology*, v. 53 (1988), pp. 460-472.

WOOD, Gordon S. **The Creation of the American Republic**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1969

\_\_\_\_\_. **The Radicalism of the American Revolution**. New York: A.A. Knopf, 1992.

**Recebido em:** 04 de fevereiro de 2020

**Aceito em:** 04 de julho de 2020